

## “Clube das Manas Tefé”: uma experiência de educação feminista na pandemia

Rita de Cássia Fraga Machado<sup>1</sup>, Hemily Pastanas Marinho<sup>2</sup>

### Resumo

Este texto é resultado das atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Clube das Manas Tefé”, executado durante os anos de 2021-2022 na Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Tefé. O Clube das Manas em Tefé surgiu como ramificação da experiência bem-sucedida do Clube da Associação do Instituto Manas, que se localiza em Manaus. Suas participantes se reúnem em bibliotecas públicas da cidade com o propósito de contribuir para a emancipação feminina, a promoção e a defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero contra mulheres trans. O presente trabalho visa expor reflexões tecidas pelas participantes ao longo das atividades do Clube em 2021, no que se refere à socialização de conhecimentos produzidos por mulheres pesquisadoras, para o enfrentamento das diversas ações do sistema social comumente conhecido como patriarcado. Diante disso, este trabalho objetiva construir e compartilhar reflexões sobre experiências de educação com mulheres na pandemia de Covid-19. Este artigo consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa. No que se refere à metodologia do encontro, utilizamos o modelo de roda de conversa, por meio da ferramenta *WhatsApp*, pois entendemos o diálogo como um momento único da partilha do conhecimento.

### Palavras-chave

Emancipação feminina. Educação feminista. Feminismos. Extensão universitária.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil; professora adjunta na Universidade do Estado do Amazonas, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa Feminismo, Trabalho e Participação Popular e Comunitária (CNPq/UEA). E-mail: rmachado@uea.edu.br.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. E-mail: hemilypmt@gmail.com.

## “Clube das Manas Tefé”: a feminist education experience in the pandemic

Rita de Cássia Fraga Machado<sup>3</sup>, Hemily Pastanas Marinho<sup>4</sup>

### Abstract

This text is the result of the activities developed in the “Clube das Manas Tefé” extension project, carried out during the years 2021-2022 at the State University of Amazonas, Center for Higher Studies of Tefé. The Clube das Manas in Tefé, State of Amazonas, emerged as an offshoot of the successful experience of the Clube da Associação do Instituto Manas, which is located in Manaus. Its participants meet in public libraries in Manaus with the purpose of contributing to women's emancipation, the promotion and defense of women's rights and the fight against gender violence against trans women. The present work aims to expose reflections woven by the participants throughout the club's activities in 2021, regarding the socialization of knowledge produced by women researchers, to face the various actions of the social system commonly known as patriarchy. In the face of this, this work aims to build and share reflections on education experiences with women in the Covid-19 pandemic. This article consists of a qualitative approach research. Regarding the methodology of the meeting, we used the conversation circle model through the WhatsApp tool, as we understand the dialogue as a unique moment of knowledge sharing.

### Keywords

Female emancipation. Feminist education. Feminisms. University Extension.

---

<sup>3</sup> PhD in Education, Federal University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; postdoctoral internship in Education at Vale do Rio dos Sinos University, State of Rio Grande do Sul, Brazil; associate professor at the University of the State of Amazonas, Brazil; leader of the Feminism, Work and Popular and Community Participation Research Group (CNPq/UEA). E-mail: rmachado@uea.edu.br.

<sup>4</sup> Graduated in Pedagogy, University of the State of Amazonas, Brazil. E-mail: hemilypmt@gmail.com.

## **Introdução**

Este artigo é resultado das atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão Clube das Manas Tefé, executado durante os anos de 2021-2022 na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA). O objetivo deste trabalho é proporcionar o conhecimento sobre os movimentos feministas, seja das conquistas, seja das teorias e suas autoras ou a outras mulheres, por meio do fomento da leitura, que se faz necessário para o desenvolvimento de mulheres ativas socialmente. O projeto é financiado pelo Programa Institucional de Extensão (PROGEX/UEA), coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Fraga Machado, conta com uma bolsista e tem um total de 22 participantes, entre professoras da educação básica do município de Tefé e acadêmicas de variados cursos do CEST/UEA.

O presente trabalho visa expor reflexões realizadas pelas participantes ao longo das atividades do Clube em 2021, no que se refere à socialização de conhecimentos produzidos por mulheres pesquisadoras, para o enfrentamento das diversas ações do sistema social comumente conhecido como patriarcado. Além disso, este artigo busca construir e compartilhar reflexões sobre experiências de mulheres na pandemia de Covid-19.

Um clube de leitura feminista, basicamente, é um grupo de pessoas que se reúne periodicamente para dialogar e refletir sobre obras feministas, escolhidas com antecedência e em comum acordo entre suas participantes. O Clube das Manas socializa obras escritas por latino-americanas, norte-americanas e africanas. A faixa etária das participantes atualmente varia de 18 a 48 anos.

## **Sobre o Clube das Manas/Tefé e a educação das mulheres**

O Clube das Manas em Tefé surgiu como ramificação da experiência bem-sucedida do Clube da Associação do Instituto Manas, localizado em Manaus-AM. Suas participantes se reúnem em bibliotecas públicas com a missão de contribuir para a emancipação feminina, a promoção e a defesa dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero contra mulheres trans.

O Clube das Manas chegou a Tefé em 2016, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), por meio de um projeto de extensão coordenado pela

professora Amanda Braga e pela bibliotecária Priscila, além da Profa. Dra. Rita de Cássia Fraga Machado. Participavam alunas do IFAM e da UEA.

O projeto sofreu uma interrupção com a transferência da professora Amanda Braga e a saída, em 2016, para o estágio de pós-doutorado, da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Fraga Machado. As atividades foram retomadas em 2019, como projeto de extensão do Programa Institucional de Extensão (PROGEX/UEA), com algumas adaptações e proposições, como, por exemplo, a relação entre universidade e sociedade. Atualmente, o Clube das Manas na UEA oferece atividades em três unidades: Coari, Eirunepé e Tefé.

O conhecimento é, sem dúvidas, a maior arma contra os sistemas de opressão que temos. A história da mulher, no que se refere ao seu papel social, pode ser resumida no seguinte trecho da “Carta de guia de casados”, escrita em 1651 por D. Francisco Manuel de Melo:

Diz bê por isso o rifaõ: Do homem a praça, da mulher a casa. [...] Disse que seria bom ocupar a mulher no governo domestico; e he bom, e he necessario, não sò para que ella viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho. (MELO, 1651 *apud* ROCHA, 2007, p. 31).

A trajetória educacional da mulher no Brasil está intimamente vinculada ao modo como foi construído o papel social dela. No trecho acima, fica evidente o objetivo da sociedade da época, cuja predominância do homem no campo público (praça) e da mulher na área privada (casa) foi usada como base de fundamentação para a hierarquia de gênero.

No período colonial, temos um cenário com mulheres sem o mínimo de instrução e uma educação feminina totalmente voltada para a moralidade e as atividades domésticas passadas de mãe para filha.

A primeira Constituição, promulgada em 1824, denominada Constituição Política do Império Brasil, considerava exclusivamente como cidadão o homem, conferindo-lhe plenos direitos, como votar e trabalhar, e reconhecia a responsabilidade pelo acesso à educação por conta do Estado. Vale ressaltar que essa realidade se aplicava somente às pessoas ricas. A população, em sua maioria formada por pessoas escravizadas, não tinha acesso a nenhum tipo de instrução ou direitos trabalhistas.

No período imperial, com a Lei de 15 de outubro de 1827, assinada pelo então Imperador D. Pedro I, cria-se a primeira previsão de ensino para as meninas. Apesar de inovadora, a lei só admitia o ensino das meninas por mestras mulheres nascidas no Brasil, o que gerava um

problema de difícil resolução, já que, historicamente, as mulheres recebiam menos educação que os homens.

A dificuldade era encontrar mulheres com qualificação para lecionar geometria ou aritmética nas escolas de meninas. Diante desse quadro, a solução encontrada foi a exclusão das noções de geometria do currículo, limitando-se à instrução de aritmética às suas quatro operações. Os senadores incluíram ainda as “prendas que servem à economia doméstica” (IMPÉRIO DO BRASIL, 1827).

Conhecida por seus múltiplos pseudônimos, Dionísia Gonçalves Pinto, ou simplesmente Nísia Floresta, é tida como a pioneira da educação feminista no Brasil. Em 1832, ela publicou uma tradução livre da obra *Vindication*, de Mary Wollstonecraft, cujo título em português ficou “Direito das mulheres e injustiça dos homens”.

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1832 *apud* CAMPO, 2011).

Nessa tradução, Nísia Floresta aborda um ponto muito importante sobre a educação ofertada à mulher naquele período de nossa história: o distanciamento proposital da mulher do estudo das ciências e o aprisionamento dela em relação às questões da vida privada (cuidados com a casa). Para ela, tudo era intencional. Privar-nos de um direito natural, que é a aprendizagem, era a clara evidência de inveja baixa e indigna, atrelada ao medo de não poder sequer imaginar uma organização educacional diferente da que já existia.

As ações de Nísia Floresta vão muito além de seus escritos, os quais, por si só, já são uma grande revolução à época. Ao fundar em 1838 o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, ela entra mais uma vez para a história ao inaugurar o primeiro colégio no Brasil voltado para meninas, introduzindo no ensino disciplinas como matemática, ciências naturais e sociais. Tudo isso em um período em que a concepção de “mulher” na sociedade era de um ser com capacidade reduzida de compreensão.

Em 1853, Nísia Floresta publicou *Opúsculo humanitário*, um livro em que ela aponta o modo como é tratada a educação da mulher como parâmetro de progresso civilizatório, que contribuiria para amenizar a miséria. Assim:

Se se instituísse uma classe pública de operárias em toda a sorte de trabalhos, oferecer-se-ia a uma parte das famílias desvalidas do Brasil não somente um meio seguro de as livrar da miséria, mas ainda de habilitá-las para um futuro que não está longe. (FLORESTA, 1989, p. 132).

No *Opúsculo humanitário*, ela direciona sua escrita em favor de todas as mulheres brasileiras, indicando que a prosperidade delas, em todos os aspectos de suas vidas, é o principal objetivo da autora. “Somente na Emenda Constitucional de 1969, Título IV, artigo 176, é que foi reconhecida pela primeira vez a educação como direito de todos e dever do Estado, em nível constitucional” (ZICHIA, 2005, p. 15).

O acesso à educação para as mulheres sempre veio acompanhado de muitos estigmas relacionados às restrições, seja das legislações que não as assistiam, seja das disciplinas indisponíveis à elas. O fato é que, por muito tempo, o ensino para a mulher foi restrito ao campo privado. Tudo que extrapolasse esse campo era tido como desviante, como ameaça à hierarquia de gênero.

Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

Além disso, vale ressaltar que, no decorrer dos anos e das reivindicações, realidades distintas marcam a história da mulher na sociedade brasileira, a depender do grupo racial e social em que ela está inserida. Enquanto as mulheres pretas lutavam pelo direito de serem consideradas humanas, pela mínima garantia de dignidade para viver, as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar fora e frequentar a universidade.

No ano de 1887, por meio de um decreto imperial, ocorreu o primeiro ingresso de uma mulher no ensino superior no Brasil. Nesse período, a mulher preta ainda era escravizada, já que a abolição da escravidão se deu apenas em 1888.

A Constituição da República, de 1891, consagrou a descentralização do ensino em um esquema dualista [...]. Assim como do ensino profissional de nível médio que compreendia as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para os rapazes. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 129).

Nesse período, apesar das mudanças e do aumento nos índices de matrículas no ensino secundário e superior, a disparidade entre as matrículas de homens e mulheres era significativa. Uma explicação plausível para esse fato era a dificuldade de romper com a cultura sexista patriarcal, já que as oportunidades de estudo e trabalho, bem como os cargos de poder se concentravam nas mãos dos homens. Às mulheres cabia a tradição cultural do papel de “mulher do lar”.

Rompendo com esse papel de “mulher do lar”, no começo do século XX, Maria Lacerda de Moura (1887), professora e ativista, é uma das primeiras feministas a se destacar no cenário político de seu tempo, ao debater, por meio dos seus escritos, com comunistas, anarquistas, feministas, educadores, democratas e jornalistas (EGGERT; PALHECO, 2010). Juntando-se a outras mulheres, ela fundou a Federação Internacional Feminina, cujo objetivo é discutir questões relativas à mulher e à criança, a fim de transformar as relações sociais e capitalistas.

[...] se posicionou contra o movimento feminista sufragista [...] passou a compreender que a conquista dos direitos políticos serviria a uma elite feminina, e que, portanto, tanto as mulheres ricas quanto as pobres permaneceriam como escravas seculares. [...] compreendia que as desigualdades sociais existentes entre os gêneros e as condições em que se encontravam as mulheres resultavam da diferente educação que tinham acesso, tanto escolar como não escolar. [...] defendia o controle da natalidade pelas mulheres, através da *maternidade consciente*, independência financeira, e era contrária ao amor único [...] (EGGERT; PALHECO, 2010, p. 200-201).

As pensadoras até aqui citadas foram de grande relevância para a compreensão da importância do acesso da mulher à educação sistematizada, à educação além do lar. Maria Lacerda de Moura traz em seu livro *A mulher degenerada* reflexões que nos fazem olhar para a educação como o único meio para a equidade de gêneros nas relações sociais:

A obra da educação científica racional para ambos os sexos, é o mais perfeito instrumento de liberdade. É a extinção da miséria universal, é o acúmulo de riquezas, é a contribuição para a solidariedade – a moral do futuro. [...] Faz desaparecer o preconceito de classes, elevando o respeito à verdade, o benefício coletivo. [...] Desde a escola primária, o objetivo da educação, como dizia Diderot – é a *utilidade*. (EGGERT; PALHECO, 2010, p. 206).

## **Suspeitas, diálogos e feminismos no caminho metodológico**

Este trabalho parte de uma abordagem qualitativa, pautando-se nas afirmações de Minayo (2013), que enfatiza que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de

significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2013, p. 21).

Desse modo, tendo o Projeto de Extensão Clube das Manas Tefé o objetivo de compartilhar e construir conhecimentos sobre os feminismos, enquanto movimento social e corrente epistemológica no campo da teoria social, a abordagem qualitativa é a que melhor se encaixa no direcionamento do trabalho, sendo uma ferramenta de educação das mulheres em contexto universitário. Essa experiência, por exemplo, se deu em um contexto pandêmico.

Para fundamentar este trabalho, fizemos primeiramente uma pesquisa bibliográfica. Para Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros”.

Logo depois de levantarmos sugestões sobre quais temas e questões deveriam ser abordados, – como violência doméstica, racismos, pedagogia como produção cultural, pluralidade dos feminismos, influência das mídias digitais no modo como a mulher atual se vê –, cada mana enviava uma indicação de um tópico para que pesquisássemos sobre ele ou, então, disponibilizava o texto concernente a esse tópico para votação.

O Projeto de Extensão Clube das Manas Tefé é desenvolvido por acadêmicas, extensionistas da UEA e por professoras das redes municipal e estadual de ensino. A principal atividade do clube de leitura é o encontro mensal, no último sábado de cada mês, para a socialização das reflexões acerca do livro escolhido. Antes de cada encontro, é feita uma ampla divulgação nas redes sociais, com folder explicativo e cartazes.

No que se refere à metodologia do encontro, utilizamos o modelo de roda de conversa online, utilizando a plataforma WhatsApp, pois entendemos o diálogo entre mulheres como um momento único de partilha do conhecimento. Para Moura e Lima (2014, p. 100):

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os da fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior.

Desse modo, os argumentos são construídos gradativamente. À medida que a participação individual proporciona a construção de novos conceitos, o coletivo realiza o exercício de ouvir e refletir sobre o assunto abordado.

### Imagem 1 – Interações da Roda de Conversa



Fonte: As autoras (2022).

Desde 2020, a sociedade vive em constantes limitações devido à propagação do vírus de Covid-19 e à pandemia que se desenvolveu. A crise sanitária obrigou as pessoas a se adaptarem a uma vida em distanciamento social constante. Escolas, universidades, clubes, centros religiosos, todo e qualquer ambiente em que houvesse a possibilidade de aglomerar pessoas foi fechado. Desse modo, os encontros do clube, que antes eram presenciais, passaram a utilizar a tecnologia e serem mediados de forma virtual.

Moran, Masetto e Behrens (2013, p. 33) ressaltam que:

As tecnologias móveis ampliam as possibilidades de aprender colaborativamente também [...]. São inúmeras as iniciativas de compartilhamento, aprendizagem informal e recursos abertos, que sinalizam um mundo com cada vez mais opções de aprender para quem tiver interesse e motivação.

Seguindo esse novo modo de compartilhar conhecimento, o nosso clube se reinventou. Os encontros precisavam ocorrer, mas de que forma? Que plataforma virtual seria acessível a todas as participantes? Vale ressaltar que a internet no Amazonas, especificamente na cidade de Tefé, enfrenta oscilações constantes. Assim, passamos a utilizar um aplicativo de troca de mensagens que era comum a todas, o *WhatsApp*.

Desse modo, no último sábado de cada mês, o encontro se iniciava com a apresentação da mana mediadora e, na sequência, do nome das demais. Após, a mana mediadora apresentava o livro e seus principais aspectos, facultando a palavra para que todas partilhassem suas percepções e dando início, dessa forma, à roda de conversa virtual. Ao final de cada encontro, era colocado para votação o livro que seria lido para o mês seguinte. Escolhida a obra, já definíamos a data do próximo encontro. Imediatamente, o livro era disponibilizado em arquivo pdf.

### **O feminismo não é sozinho, envolve muitas mulheres e pautas**

O primeiro encontro do clube, em 2021, ocorreu no mês de maio, com o artigo da Dr<sup>a</sup>. Sueli Carneiro, *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina*, a partir da perspectiva de gênero. Na sequência, lemos as seguintes obras: “Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”, artigo de Yuderkys Espinosa Miñoso, que discute a possibilidade de construir algumas chaves para pensar o feminismo na América Latina e sua história de dependência fundamentada em sua experiência:

Fazer uma genealogia permite que nos afastemos do presente para observar as condições de possibilidade que nos constituem. Observar esses a priori para problematizá-los e desnaturalizá-los. Traçar a história das práticas para desnaturalizá-las, para observar como e em que momento surgiram e por quê. (MIÑOSO, 2020 p. 117).

*Hibisco roxo*, romance de Chimamanda Ngozi Adichie, foi outra obra trabalhada. O livro mostra os resultados da colonização europeia por meio da religiosidade extrema:

Os efeitos da colonização branca na África podem ser mais penetrantes e devastadores do que imaginam a economia e a sociologia. Na Nigéria dos celulares e da internet, o catolicismo de um grande capitalista, que oscila entre o altruísmo e a tirania religiosa e que rejeita as tradições de seu povo como

bárbaras e profanas, ainda é capaz de assombrar a vida de sua família. (ADICHIE, 2011, p. 3).

“Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil”, texto de Jane Felipe de Souza, que considera a pedagogia como meio de produção e reprodução cultural, problematizando as relações existentes entre pedagogia, gênero e sexualidade na educação infantil:

Dentro da perspectiva dos Estudos Culturais, cabe às professoras e professores ultrapassar seus papéis de meros transmissores/as de informação, uma vez que elas/es são produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas (SOUZA, 2005, p. 10).

*O mito da beleza*, de Naomi Wolf, livro clássico da terceira onda do feminismo, que evidencia o culto à beleza como modo de controlar socialmente a mulher:

É doloroso para as mulheres falarem da beleza porque, sob o domínio do mito, o corpo de uma mulher é usado para magoar uma outra. O nosso rosto e o nosso corpo se transformam em instrumentos para castigar outras mulheres, muitas vezes usados sem o nosso controle e contra a nossa vontade. (WOLF, 1992, p. 379).

Os encontros foram marcados por participações bem contextualizadas por todas as manas, e os temas fluíram com naturalidade. Lugar de fala, empoderamento feminino, relações abusivas (patrimoniais, físicas, psicológicas), relação com o corpo e alimentação, e feminismos seletivos foram os mais destacados durante os encontros.

O encontro do mês de maio, que discutiu o artigo da Dr<sup>a</sup>. Sueli Carneiro, *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero*, provocou muitas reflexões. Para a autora, o contexto histórico em que a mulher negra na América Latina esteve submetida, desde o período colonial até os dias atuais, ainda permanece vivo no imaginário social, o que gera ações machistas mais acentuadas sobre mulheres negras.

Partindo do pressuposto de que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, entende-se que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido tal experiência, muito menos dado conta da diferença qualitativa que o efeito dessas violências exerce sobre a identidade feminina da mulher negra.

O estereótipo de beleza mencionado pela autora, onde o padrão são mulheres brancas e olhos claros. Me faz pensar que as mulheres negras como padrão de

beleza são lembradas apenas no carnaval, mas com uma exploração de imagem voltada para o sensual, sexual. (JR, participante do projeto, maio de 2021).

Outra participante destacou que a crítica ao movimento que a autora promove é “difícil de recebê-la, mas é fundamental aceitá-la” (RM, participante do projeto, maio de 2021). Concluímos o encontro de maio com o entendimento que ser antirracista é mais profundo do que imaginamos, e que não ser racista não é suficiente, precisamos ser antirracistas. Isso porque precisamos combater três sistemas poderosos, que se fundamentam: o racismo, o classismo e o machismo.

Ainda na perspectiva decolonial, o encontro do mês de junho trouxe para discussão o artigo “Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”, de Yuderlys Espinosa Miñoso. Pensadora de origem afro-colombiana, Miñoso é escritora, professora e feminista antirracista e decolonial: “Eu me tornei feminista me dando conta de que sou uma oprimida da história, opressão de gênero e classe. Foi essa consciência que me levou ao Feminismo e por sua vez ampliou minha consciência. (MR, participante do projeto, junho de 2021).

Outra mana comentou: “Eu gostei muito do texto e do resumo. Estudar o feminismo na decolonialidade é olhar para nós e nossos vizinhos. Temos ótimas produções que precisam ser reconhecidas e valorizadas” (JR, participante do projeto, junho de 2021).

Em julho, trabalhamos o livro *Hibisco roxo*, da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, publicado pela primeira vez em 2011. É um livro fantástico, em que Chimamanda retrata, na ficção, a realidade de muitas famílias regidas pela religiosidade extrema, com base na violência física e psicológica. Este livro narra a realidade de uma família submetida ao extremo fanatismo religioso do pai. A personagem principal, Kambili, é uma adolescente que vive uma rotina severa de orações e estudo, assim como seu irmão, Jaja. Sua mãe, Berenice, é uma mulher submissa que vivencia diversos tipos de violência por parte de seu marido, Eugene.

Esse foi um dos livros que mais impactou as participantes e gerou muitos comentários, pois evidencia diferentes tipos de violência que uma família sofre com um homem abusivo e quais as consequências para a vida dessas pessoas.

No mês de agosto, o texto escolhido para a leitura foi o artigo da autora Jane Felipe de Souza, intitulado “Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil”. O artigo objetiva “problematizar as relações existentes entre Pedagogia, gênero e sexualidade na educação infantil, visualizando a Pedagogia como um modo de produção

cultural” (SOUZA, 2005, p. 1) que recebe influência em múltiplos contextos, sejam eles culturais, políticos e históricos na formação de seu currículo.

Eu achei bem pertinente, importante como já havia dito antes, como educadoras em formação precisamos ficar atentas a possíveis padrões sexistas que reproduzimos, e como integrar esses movimentos sociais, como a própria autora aponta, em nossas aulas (SH, participante do projeto, agosto de 2021).

Vale ressaltar que nosso Clube é formado majoritariamente por professoras, nos variados graus de ensino, que vão da graduação ao doutorado. Assim, trazer para o Clube textos que orientem a prática pedagógica de modo que viabilizem a não reprodução de padrões sexistas é nossa prioridade. Desse modo, outra mana fez o seguinte comentário:

Penso que o artigo em questão é relevante e nos leva até uma reflexão do nosso papel como profissional da educação. Pois, honestamente, ainda é desafiador levar a temática para o chão da escola (me refiro na minha região, isto é, nas escolas por onde eu ministrei). Porque temos um alto índice de professores que não se apropriam das leituras e nem aceitam o diálogo (CM, participante do projeto, agosto de 2021).

Nos meses de setembro e outubro, trouxemos para a roda de conversa o livro *O mito da beleza*, de Naomi Wolf. Nesse livro, Naomi apresenta reflexões e pesquisas sobre a construção social da beleza feminina e como essa construção influencia nosso modo de pensar, agir, trabalhar nossa sexualidade, toda a forma de fazer o ser mulher.

Muitas sentem vergonha de admitir que essas preocupações triviais – que se relacionam à aparência física, ao corpo, ao rosto, ao cabelo, às roupas – têm tanta importância. No entanto, apesar da vergonha, da culpa e da negação, é cada vez maior o número de mulheres que questiona se não se trata de elas serem totalmente neuróticas e solitárias, mas que o que está em jogo é relacionado com a liberação da mulher e a beleza feminina. (WOLF, 1992, p. 11).

Pensar como a imagem da mulher é usada contra ela como uma espécie de prisão sem grades é, sem dúvida, angustiante, já que o mito vem disfarçado de cultura. “É muito intenso pensar sobre isso, sobre a imagem da beleza feminina. O que é a beleza na real? Não existe” (MB, participante do projeto, setembro de 2021).

Quando as mulheres na cultura demonstram personalidade, elas não são desejáveis, em contraste com a imagem desejável da ingênua sem malícia.

Uma linda heroína é uma espécie de contradição, pois o heroísmo trata da individualidade, é interessante e dinâmico, enquanto a “beleza” é genérica, monótona e inerte. Enquanto a cultura resolve dilemas de natureza moral, a “beleza” é amoral. (WOLF, 1992, p. 77).

Sobre o capítulo a respeito do trabalho:

Uma das partes que destaquei foi o quanto as mulheres trabalham mais que os homens, levando em conta os trabalhos domésticos, e recebem menos, conseqüentemente, gastam mais por conta das necessidades impostas pelo Mito, cosméticos [...]. (SH, participante do projeto, setembro de 2021).

No capítulo “O sexo”, a sexualidade feminina é tratada sob o prisma do aprisionamento pela religiosidade e como ela precisa ser desmistificada por meio da problematização da repressão religiosa sobre os corpos e sobre o prazer femininos.

A culpa de natureza religiosa reprime a sexualidade feminina. Nas palavras da analista política Debbie Taylor, o pesquisador de assuntos sexuais Alfred Kinsey revelou que “as crenças religiosas tinham pouco ou nenhum efeito sobre o prazer sexual masculino, mas podiam cortar com a força de uma circuncisão o prazer da mulher, sabotando por meio da culpa e da vergonha qualquer fruição que ela pudesse, de outra forma, experimentar”. [...] Tecnicamente, os órgãos sexuais femininos são mesmo o que as antigas religiões temiam como “a vagina insaciável” (WOLF, 1992, p. 173).

Não demorou muito para que fosse criado outro freio: a pornografia da beleza e do sadomasoquismo. Ambos surgiram para devolver a vergonha e a dor para a mulher no ato sexual. Naturalizar a dor durante o sexo foi uma outra forma de nos parar. Correntes, cinto de couro, mulheres penduradas e apanhando, tudo isso foi naturalizado em prol do prazer, mas do prazer de quem?. “A mulher aprende com essas imagens que, não importa o quanto seja agressiva no mundo profissional, no âmbito pessoal o que a torna desejável é a sua submissão ao controle” (WOLF, 1992, p. 176).

### **Leitura feministas, mulheres e notas de consideração**

O Projeto de Extensão Clube das Manas é um divisor de águas para quem busca conhecimento, para quem deseja emancipação. Ser participante e mediadora deste projeto proporcionou-me um amadurecimento enquanto mulher indígena, profissional da educação indígena e pesquisadora.

A leitura possibilita ao indivíduo a construção do entendimento das funcionalidades do ambiente social e, a partir dessa compreensão, a oportunidade de formular novos significados. Não é apenas ler, mas ler com consciência de que aquela leitura servirá como fonte de conhecimento para ações futuras. Vivenciar o desenvolvimento de outras mulheres feministas faz com que, a cada encontro, a ânsia pela emancipação de mais mulheres se torne combustível para a continuação deste projeto.

A leitura proporcionou conhecer culturas com um olhar mais humano e questionador; nos fez, ainda, refletir a respeito do enorme impacto que a cultura, especificamente a religiosidade europeia, trouxe sobre a vida dos povos indígenas, a exemplo da história narrada no romance *Hibisco roxo*. O ato de ler me fez conquistar melhorias na minha prática pedagógica, evidenciando ações e pensamentos sexistas no ambiente escolar, visíveis no texto *Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil*.

Desse modo, as leituras e o compartilhamento de vivências proporcionaram às participantes a oportunidade de refletir criticamente sobre as questões de gênero que nos cercam diariamente. Consequentemente, foi possível produzir novos conhecimentos a partir das discussões, das leituras e dos apontamentos. Por fim, procuramos resumir neste artigo as reflexões produzidas durante os encontros do Clube das Manas Tefé em 2021, com a ciência de que, durante as nossas ações, o objetivo de disseminar o conhecimento sobre os feminismos foi realizado com sucesso.

## Referências

ADICHIE, C. N. **Hibisco roxo**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. DOI 10.1590/S0100-15742009000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CAMPO, I. C. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, Assis; Franca, v. 30, n. 2, p. 196-213, ago./dez. 2011. DOI 10.1590/S0101-90742011000200010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/rxXDkxX8hshjGT9vsDwbndx/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2023.

EGGERT, E.; PALHECO, O. Maria Lacerda de Moura e a educação libertária para mulheres. *In: Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 199-209.

FLORESTA, N. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Cortez; Brasília: Inep, 1989. (Biblioteca da Educação. Série 3; Mulher tempo). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002106.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

IMPÉRIO DO BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **CLBR**, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm). Acesso em: 6 mar. 2022.

MINAYO, M. C. S. Pesquisas sociais. *In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MIÑOSO, Y. E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. *In: HOLLANDA, H. B. (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 95-103, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ROCHA, D. N. **Concordâncias de carta de guia de casados**. Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (Celga). Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007. Disponível em: <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/16cartadeguiadecasados>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, J. F. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd*, 22., 1999, Caxambu. **Anais de Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 1999.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ZICHIA, A. C. **O direito à educação no período imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05082008-140802/pt-br.php>. Acesso em: 6 mar. 2022.

Submetido em 16 de maio de 2022.  
Aprovado em 13 de setembro de 2022.